

Comunicação pública do acontecimento ao espetáculo, qual a medida da responsabilidade pública?

Cardoso, Anita C. M.

1-Introdução

Comunicação pública do acontecimento ao espetáculo, qual a medida da responsabilidade pública? Quando nos fazemos essa pergunta estamos prontos para realmente respondê-la?

Desde as eleições do ex presidente do Estados Unidos Donald Trump em 2016, com o mandato de 2017 a 2021, o mundo viu-se coberto de uma comunicação pública vinculada muito mais ao perfil do presidente do que às necessidades do cargo de presidente.

E não diferentemente, em 2018 tivemos as eleições brasileiras com a repetição do mesmo padrão americano, cujo presidente verbaliza (“comunica”) muito mais sobre si do que sobre suas obrigações como presidente ou suas reais posturas, como tal.

Mas como diferenciar nesse caso ou melhor ainda, como nomear a comunicação dessas figuras públicas e seus respectivos cargos? Suas comunicações precisam ser coerentes aos cargos? Podem existir duas comunicações públicas diferentes para uma mesma figura pública?

Bem sabemos que separar a figura pública de sua comunicação e dos acontecimentos que a rodeiam ou dividir público e privado fica praticamente impossível. França e Oliveira comentam em Acontecimento: reverberações, que:

“Nesse quadro, uma categoria particular de personagens públicos é aquela dos “indivíduos-acontecimento”. Esses são indivíduos cuja notoriedade é indissociável de sondagens, de controvérsias ou de celebrações suscitadas por acontecimentos dos quais eles participam ou nos quais se tornam uma figura emblemática. Esses personagens possuem um apelo interessante para uma análise pragmatista da experiência pública, pois a constituição de sua figura evolui junto com as mobilizações que estabelecem o sentido dos acontecimentos aos quais estão ligados.” França, Oliveira. 2012. Pág. 15

Partindo-se dessa indissociabilidade entre figura pública, comunicação pública e acontecimento analisaremos então nesse artigo os impactos das comunicações nos públicos através dos múltiplos sentidos e afetações geradas.

Essa análise buscará entender o quão impactante (benéfica ou nociva, responsável ou irresponsável) é a comunicação pública perante seus públicos e os possíveis resultados gerados por suas reverberações.

2-O poder hermenêutico da comunicação pública

O que é falado/produzido pela figura pública é igualmente interpretado pelos seus discípulos (públicos)?

Trazendo como exemplos o ex presidente dos Estados Unidos Donald Trump e o atual presidente do Brasil Jair Bolsonaro, que são considerados pelos seus públicos como mitos e referências, a comunicação pública disparada por eles chega até seus públicos de forma subjetivamente planejada. Ou seja, há um discurso planejado em si, há uma escuta pré feita

para atender dores e demandas anteriores. Não é uma comunicação vazia em si, não é uma comunicação para o nada.

Os discursos veem carregados de causas solicitadas anteriormente e alimentadas fortemente nas mídias sociais, conforme comentam França e Oliveira:

“Por outro lado, pode-se perguntar também como os discursos midiáticos alimentam as conversações cotidianas, e como os acontecimentos – constituídos como fenômenos midiáticos dignos de atenção pública – são reapreendidos e inscritos em histórias pessoais cuja organização acompanha o mundo ordinário do agir e sofrer.”
França, Oliveira. 2012. Pág. 11

Logo, há um fortalecimento do embate do discurso da comunicação pública na esfera da sociedade por aqueles que não concordam com os posicionamentos dessas figuras públicas e ao mesmo tempo um fortalecimento de suas imagens perante seus públicos e seguidores. E mais ainda, uma compreensão de que o que é dito por essa figura pública corresponde ao correto e ao responsável e vai ser benéfico à sociedade.

Há porém, um grande grupo social que discorda desses discursos, considerando-os controversos por não corresponderem a padrões científicos, sociais, ambientais ou econômicos ou humanitários. E nesse caso a sociedade entra em embate com essa figura pública e a comunicação pública começa a ser questionada na esfera pública. Ou seja, o embate social instalado de forma mais efetiva e o conflito social sem nenhuma ressonância positiva.

Quando a figura pública, com o poder máximo em uma sociedade usa de sua comunicação pública para atender a seus próprios valores, como defender realmente a sociedade dessa comunicação irresponsável?

No limiar dessa questão precisamos entender valores e crenças, verdades e mentiras e produção de sentidos.

3-O poder inerente que a figura pública acredita ter

Para iniciarmos nossa discussão sobre o poder da figura pública e conseqüentemente o poder sobre a sua comunicação pública vamos inicialmente entender o conceito de comunicação pública.

Para isso vamos buscar o auxílio da autora Caetano que identifica que:

“a comunicação pública se faria por meio de uma rede “que envolveria o cidadão de maneira diversa, participativa, estabelecendo um fluxo de relações comunicativas entre o Estado e a sociedade”. Em seus estudos (Matos, 1999, 20006^a, 20006^b, 2009, 2011) há indícios de uma observação pragmática do conceito de comunicação pública habermasiana. Segundo a autora, comunicação pública seria um “modelo teórico-instrumental do sistema político para mediar interações comunicativas entre o Estado e a sociedade”. Mais pontualmente, a autora aborda comunicação pública para que seja entendida como: “processo de comunicação instaurado na esfera pública que engloba Estado, governo e sociedade; um espaço de debate, negociação e tomada de decisões relativas à vida pública” (Matos, 2009,p.6).” apud Caetano, 2013 p.61

Pela visada da autora dois pontos são importantes para serem analisados: 1- não há comunicação pública sem Estado e sociedade e não há comunicação pública sem negociação, debate e tomada de decisões.

E é nesse segundo ponto que devemos nos ater.

Qual o tamanho do poder de uma figura pública a ponto dele se negar ao debate, à negociação? A ponto dele se posicionar com suas próprias linhas comunicacionais sem atender às negociações da sociedade?

Partindo-se do pressuposto que toda comunicação pública requer responsabilidade pública e isso significa conforme previsto na nossa Constituição Brasileira, que não caracterize risco de dano concreto à vida, à saúde, à segurança ou à ordem social, quando uma figura pública verbaliza uma comunicação qualquer que não se respeita princípios científicos, morais, sociais, ambientais, etc., compreende-se que há aí uma comunicação pública irresponsável e um uso excessivo de poder público em detrimento da ascensão como figura pública.

Se a comunicação pública serve para mediar interações comunicativas entre o Estado e a sociedade pressupõe que ambas as partes terão voz ativa e escuta ativa para que haja negociação e posterior tomada decisões sobre o que há de melhor e democrático para uma sociedade e uma nação.

A subjetividade sobre o melhor e o democrático e o que reza na constituição brasileira sobre princípios morais morais e sociais é o que talvez implique nas dificuldades de entendimentos de governantes (figuras públicas relevantes) e os impactantes de suas comunicações públicas e suas capacidades de influenciar grupos e sociedades.

Essa capacidade influenciadora e até “manipuladora” é que talvez dê a essa figura pública o poder inerente de verbalizar temas polêmicas e mobilizar públicos para ações controversas e complexas em prol de um caminho confuso e difuso na sociedade.

A reverberação

4-A reverberação da comunicação pública da figura pública

5-A responsabilidade pública sobre o espetáculo. De quem é?

6-As consequências negativas e positivas

7-Quem ativa o gatilho? Quais as sequelas dos gatilhos? Narrativas do Cancelamento, racismo, fome, não à ciência, negacionismo, guerra, etc.

8- Efeito manada da comunicação pública

9-Quem são os comunicadores públicos

10-Conclusão – Comunicação Pública requer responsabilidade pública

-França, Vera Regina Veiga. Oliveira, Luciana de. (organizadoras) Acontecimento: reverberações – vários autores. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2012.

No domínio científico, faz-se apelo a teorias e métodos para construir abordagens acerca das experiências vividas como atos e processos comunicativos. No campo profissional, a produção de mensagens jornalísticas, publicitárias, ligadas ao entretenimento ou à comunicação com públicos diversos desenvolve critérios de relevância em consonância com valores e estruturas sociais e uma linguagem própria para (re)tratar a realidade segundo parâmetros técnicos.

Pág.7

Contemporaneamente, no entanto, no cenário multimidiático em que vivemos, todos – e não apenas agentes especializados – se colocam em posição legítima de propagar informações, comentar fatos, construir narrativas sobre diferentes aspectos da nossa realidade. Relatar ou

criar acontecimentos se inscreveu na pauta cotidiana dos cidadãos comuns, ou pelo menos daqueles que se encontram inseridos nas redes digitais. Pág.7

Os acontecimentos, agora ao sabor da intervenção de múltiplos agentes, teriam se banalizado? Guardariam ainda sua importância e seu poder de afetação, ou ganharam existência passageira, ecoando apenas na medida da força de duração do relato midiático até serem substituídos por outros? E se o acontecimento saiu da esfera de competência dos especialistas, o que teriam estes ainda a dizer sobre o próprio conceito de acontecimento? Pág.8

Sem dúvida, os acontecimentos incitam a palavra e se traduzem em narrativas, porém tratar o acontecimento apenas como uma construção discursiva neutraliza aquilo que o caracteriza: a possibilidade que ele instaura, enquanto ocorrência concreta no mundo, de criação de novos sentidos, do desencadeamento de um outro campo de ações. Pág. 8 e 9

Esta é a perspectiva que nos interessa e provoca nossa reflexão: tomar o acontecimento como momento de ruptura e de reorganização, como ocorrência que afeta indivíduos e coletividades, que é ordenado através de narrativas, que convoca e constitui públicos específicos, que descortina campos problemáticos e reorganiza a intervenção dos sujeitos sociais. Pág. 8 e 9

Por um lado, existe o acontecimento inscrito no terreno do sensível, do existencial, o acontecimento como mudanças que se produzem concretamente em nosso ambiente (e que corresponderia à primeiridade e secundidade de Peirce); por outro, o acontecimento como “uma coisa dotada de significação”, que abre (se inscreve) (n)um campo problemático (terceiridade). Longe de estabelecer uma dicotomia, Quéré acentua que as duas formas coexistem, e estamos o tempo todo convertendo acontecimentos-emergência em acontecimentos-objeto. Essa conversão abre perspectivas de ação e delinea uma direção – por isso, podemos dizer que seu conceito é pragmatista e teleológico. Sua reflexão incide também, de forma significativa, na discussão sobre os acontecimentos midiáticos e sua relação com a realidade e a experiência; eles constituem acontecimentos-objeto, que passaram pela simbolização (“são substitutos ideacionais e discursivos de acontecimentos emergentes”). Eles não são uma garantia do real passado, mas abrem par ao vir a ser e podem se desdobrar na construção de um outro momento da experiência coletiva. Pág. 9

Acontecimentos desestabilizam a normalidade e convocam novos enquadramentos; eles são geradores de informação e perturbadores de quadros de sentido convencionados pelo hábito. Pág. 10

Isso permitiria, destacadamente, sublinhar que os acontecimentos e seus públicos não são simples “construções discursivas”, mas se constituem na/pela afetação e por meio de ações de busca e investigação baseadas em situações concretas, apresentando qualidades únicas. Pág. 11

Como determinados aspectos da vida cotidiana – em princípio desvestidos de interesse público mais evidente – ganham visibilidade e repercussão e se veem transformados em acontecimentos? Pág.11

Essa temática reporta-se ao surgimento e ao papel dos agentes no contexto de sua experiência pública, da ação política, atentando para o fato de que a natureza das “personalidades públicas” no contexto de uma sociedade midiaticizada invoca, em nossos dias, um novo quadro interpretativo. No atual cenário de midiaticização, a relação entre visibilidade e importância

social de determinados personagens ganhou novos contornos – e essa importância tanto acima a visibilidade como é, em muitas situações, uma decorrência dela. O debate em torno das figuras públicas, assim, inclui diferentes aspectos.

Um primeiro ponto que chama a atenção é a relação que se estabelece entre a individualidade da pessoa pública e sua natureza de representação: ela se torna mais do que ela mesma, e expande-se/ resume-se naquilo que representa. Dizer que uma personalidade se tornou pública significa afirmar que ela passou a ser acessível a todos, sem, no entanto, perder seu caráter pessoal. Uma maneira de dar conta desse fenômeno seria dizer que elas revestem-se de características denominadas por Jean-Claude Passeron como os “seminomes próprios”, que tanto são referenciais como abstratos: “eles incorporam a descrição individualizante (como faz o próprio nome) e a classificação generalizante (como o substantivo comum).

Outro aspecto a ser debatido diz respeito às condições de surgimento das pessoas públicas, e à apropriação/aproveitamento da situação de visibilidade adquirida por certos acontecimentos para a promoção de alguns de seus protagonistas. Pág. 14

11-Bibliografia

-França, Vera Regina Veiga. Oliveira, Luciana de. (organizadoras) Acontecimento: reverberações – vários autores. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2012.

-Matos, Heloiza (organizadora)– Comunicação pública. Interloquções, interlocutores e perspectivas